



Atribuição-NãoComercial-Compartilhável - CC BY-NC-SA



EDITORA
ENTERPRISING

GESTÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

GRADUATE MANAGEMENT IN BRAZIL

Jonatha Pereira Bugarim¹
Dayanne Zanelato Dondoni²

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é realizar uma revisão teórica de pesquisas que abordam a Gestão da Pós-graduação no Brasil. A metodologia da pesquisa possui abordagem qualitativa com nível de pesquisa exploratório. “Foi definido como descritores os termos: ‘Gestão’, ‘pós-graduação’”. Utilizou-se de base de dados como Google acadêmico e o Banco de Dados de Tese e Dissertações da CAPES. Dessa forma, fica notório que a pós-graduação no Brasil, teve um rápido crescimento nos últimos anos.

Palavras Chaves: Gestão. Pós-graduação.

ABSTRACT

The objective of this research is to conduct a theoretical review of research that addresses the Management of Graduate Studies in Brazil. The research methodology has a qualitative approach with an exploratory research level. “The terms: ‘ Management ’, ‘ postgraduate ’ were defined as descriptors. A database such as Google Scholar and the CAPES Thesis and Dissertations Database were used. Thus, it is notable that postgraduate studies in Brazil, had a rapid growth in recent years.

Keywords: Management. Postgraduate studies.

INTRODUÇÃO

No Brasil, os projetos de pós-graduação vêm crescendo através de influências norte-americana e, assim, se enquadrando nos estudos característicos, utilizando formatos de análises próprias, com amostragens de pessoas no contexto ambiental e social do Brasil, passando por atualizações e estruturação no decorrer dos anos, para melhores estudos.

Conforme o Ministério da Educação e Cultura (MEC), os programas de pós-graduação *latusensu* são os programas de nível de especialização e o MBA (*Master Business Administration*), os programas classificados como pós-graduação *stricto sensu* abarcam os programas de mestrado e também doutorado. Em outro giro, os cursos de mestrado e de doutorado ofertados por universidades estrangeiras apenas devem ser reconhecidos pelas universidades que tenham cursos de pós-graduação também

¹ Doutorando em Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales.
E-mail: bugarim@hotmail.com.

² Mestranda em Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales.
E-mail: dayannedondoni@hotmail.com.

Bugarim, J.P., Dondoni, D.Z.; Gestão Da Pós-Graduação No Brasil. Revista Portuguesa de Gestão Contemporânea, V.1, Nº1, p.59-79, Jan/Jul. 2020. Artigo recebido em 05/03/2020. Última versão recebida em 20/03/2020. Aprovado em 05/06/2020.

reconhecidos e já avaliados no mesmo setor de conhecimento e também em nível superior. O pós-doutorado é compreendido como livre de estágios para o aumento de projeto particular de investigação, não solicita ser regulamentado. (BRASIL, 2016b).

Segundo Kuenzer e Moraes (2005), alguns pontos na inserção da pós-graduação no Brasil ocasionou um empecilho importante durante esse processo, às mudanças geradas pela ponderação da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que através de outras mudanças redefiniu o perfil dos cursos de pós-graduação brasileira, prioriza basicamente as ações de pesquisa e o processo de formação de investigadores. Além disso, apresentou alguns esboços teóricos que balizaram as discussões acerca do desenvolvimento de conhecimento nos dias atuais, especificamente nos setores como a ciências humanas e sociais e seus efeitos nos estudos desenvolvidos no setor de Educação.

Crespo, Rodrigues e Miranda (2006) dizem que por causa da globalização e do progresso tecnológico aumentou o perigo do desemprego que a recente crise econômica provocou em todo o mundo. Logo, o mercado de trabalho vem se mostrando mais competitivo e exigente. Na denominada 'Era da Informação', as pessoas não estão apenas dando importância à fácil comunicação, mas também há uma enorme preocupação com a modernização do conhecimento. Por isso, a pós-graduação apresenta-se como um instrumento que pode ajudar a se qualificar para o atual mercado de trabalho.

Em primeiro lugar, de acordo com Brasil (2016b), os programas de pós-graduação revelaram sua origem nos Estados Unidos, onde o termo era usado para indicar os alunos que permaneciam em seus estudos continuado, mesmo após a conquista do grau de bacharel, com propósito de conseguir um grau superior. O alto estímulo para a regulamentação dos programas foi, também, a fundação da Universidade Johns Hopkins, no ano de 1876, que se aplicava não somente à transmissão do conhecimento, mas voltada, igualmente, à elaboração de novos conhecimentos por meio de indagações e pesquisa.

Além disso, Santos e Silveira (2000) dizem que o parecer define a pós-graduação *latosensu* como os cursos de especialização e aprimoramento, que normalmente têm objetivo técnico-profissional intrínseco, sem envolver a área total do conhecimento em que se insere a singularidade.

E também, segundo o Conselho Federal de Administração (CFA), referente a pós-graduação *scritrosensu* envolve os programas de mestrado, que habitualmente compreende duração de 2 anos e possui como requisição para aprovação a defesa de uma dissertação; e os programas de doutorado, percebidos com a duração de 4 anos e como exigência para aprovação a defesa de uma tese.

Por outro lado, no Brasil, a efetuação dos programas de pós-graduação apareceu como uma forma de incentivo aos alunos interessados na especialização e na formação científica melhorada, sem reduzir a força dos cursos de graduação no desenvolvimento profissional do pesquisador. A princípio, os cursos de pós-graduação no país precisariam fornecer professores qualificados, instigar a investigação científica por meio da formação dos pesquisadores e garantir o treinamento de trabalhadores racionais de alto padrão encarregados por impulsionar o desenvolvimento nacional (BRASIL, 2016b).

Conseqüentemente, de acordo Festinalli (2005), no ano de 1995 foi estabelecido a Pós-Graduação *Strictosensu* na fase de Mestrado Profissional, surgindo de uma proposta de maleabilidade para os cursos de Mestrado, planejada por comissão estabelecida pela CAPES. Esse novo padrão de programa apareceu com o propósito de assegurar a especialização de profissionais que não almejam realizar o Mestrado como elaboração para o Doutorado, por outro lado, procura uma preparação especial para receber as cobranças do mercado de trabalho. Atualmente, conforme a CAPES (2013), há 5.451 cursos de pós-graduação no país, entre eles 3.061 são formações de Mestrado acadêmico, 1.836 são de Doutorado e 554 são Mestrado profissionalizante.

De acordo com Santos e Silveira (2000), uma pós-graduação pode evitar que os profissionais atualizem suas formas de ensino ou técnica, para que eles não percam a sua competência de realizar a profissão com eficiência e para que eles não tenham insegurança na hora de exercê-la profissionalmente.

De acordo com Festinalli (2005), devido ao aprimoramento dos programas, percebeu-se que era alto o número de profissionais saídos dos Mestrados acadêmicos que se encaminhavam para o mercado de trabalho, um agravo da academia, o que incentivou a criação da categoria de mestrado profissional, com o propósito de atender as exigências do setor produtivo. E, também, os métodos para análise dos programas e cursos de pós-graduação no Brasil foram aprimorados e passaram a reconhecer a coesão

entre a parecer do programa, corpo educador e discente, ações de investigação e fabricação do conhecimento.

Aliás, é importante apreender o que gera a vontade por trás da busca por uma pós-graduação, nesse significado, Michaelis (2002) relata que a vontade pode ser definitiva, como uma condição de energia psicológica que através do organismo humano se coloca em movimento, ou o processo de desencadear uma ação consciente e voluntária.

Reforçando essa ideia, Piéron (1996) define a motivação como um fator psicológico que predetermina os indivíduos a realizar atos ou tender a certos objetivos. Portanto, a motivação é a força que posiciona um organismo em movimento. Conforme à LDB, a definição, por meio do artigo 52, um terço dos professores das faculdades ou universidades de graduação precisam ter qualificações acadêmica de Mestrado ou Doutorado. De acordo o Censo da Educação Superior (2005), e materializado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os projetos de cursos de educação superior no país giram entorno de 305.960 docentes em exercício ou egressos, sendo que 110.992 têm mestrado e 65.897 possuem doutorado, simbolizando 36% e 22% do total. Por outro lado, há docentes com apenas cursos de pós (29%) ou apenas curso de graduação (13%).

Contudo, de acordo com Oliveira (1983), um dos problemas que as instituições públicas de curso superior enfrentam é que ainda não conseguiram desenvolver uma pós-graduação forte e extensa, por isso, essas instituições têm dificuldade em atrair e principalmente estabelecer professores fixos e qualificados na pesquisa. Como aborda Tânia Fischer (2005) em seu artigo, que diz que através da prática ou a partir das práticas, essas formas de aprendizagem estão no núcleo das contendas na concepção dos profissionais, constituindo um programa de desenvolvimento novo no Brasil, os primeiros programas datam por volta do fim dos anos 90. O mestrado, desde a sua implantação no Brasil, vive um desafio entre a formação de foco somente acadêmico e a formação técnica para suprir as exigências do mercado de trabalho, gerando uma discriminação entre as áreas de formação. Assim, possuindo suas especificidades e critérios para cada área de formação, defendendo a capacidade de pensamento e organização, e para uma melhor qualificação dos mestrados. Culminando, desse modo, no modelo de programa como uma fertilização cruzada, por meio da propagação social à pesquisa e uma reflexão analítica sobre as práticas.

O curso de mestrado no país possui vários atributos, entre esses estão centrados o caráter dependente desses programas de mestrado à produção científica, que sofrem um grande efeito, baseado no formato norte-americano de formações de pós-graduação na organização do ensino brasileiro, no período da década 80. O professor Ernst Hamburger critica a forma da pós-graduação no país, indicando que os cursos brasileiros devessem desenvolver linhas de pesquisa voltadas para o interesse do país, com amostras características daqui - saindo das tradições, dos modismos e estereotipados internacionais - e definissem programas de ensino e grades curriculares com base a realidade e as aspirações brasileiras, e não só a busca do que era trabalhado em outros países. Tal método, quando colocado em prática, acaba gerando problemas de retorno internacional das formações, haja visto que gerou problemas para a publicação de pesquisas no exterior, por constituírem os temas tanto adequados e específicos da realidade no país, de forma incomum nos estudos de Ciências Biológicas, como também Exatas. Existe a celeuma de distinção entre os cursos realizados no país e em instituições estrangeiras, assim como a questão da rigorosidade dos mestrados acadêmicos com critérios rigorosos compatíveis em outros países. (SANTOS, 2003). O mestrado convencional, atualmente designado acadêmico, para se diferenciar do intitulado mestrado profissional, possui uma definição unanime de procurar expor o mestrando à bibliografia científica, prepara-lo em ações de pesquisa pegando um grau superior de autonomia que o aparelhe para o doutorado e, finalmente, o resultado que é classificar para o magistério superior. Pela importância da formação no nível de mestrado, tem que ser abordada de forma crítica e sendo ressaltadas suas definições, de modo que venha a trazer uma integração e complementação das dificuldades da área profissional e o conhecimento adquirido na formação acadêmica. Sendo que o perfil desses mestrandos é de profissionais, a maior parte deles tem boa experiência no mercado que trabalham, engenheiros, gerentes, atuam como professores ou consultores com vínculo trabalhistas e vinculados academicamente em Engenharia ou no setor da saúde, na margem dos 36 aos 55 anos. (QUELHAS; FARIAS FILHO; FRANÇA, 2005).

As acepções alusivas ao doutorado, que procura formar o estudioso para atuação independente e original, bem como para comandar grupos de pesquisa, compõem um conceito consolidado internacionalmente, que não carece estar problematizado. (QUELHAS; FARIAS FILHO; FRANÇA, 2005).

As formações de pós-graduação nos níveis de especialização, mestrado e doutorado, vem proporcionando ao professor ou profissional a busca pelo desenvolvimento de suas competências, em suas respectivas áreas, assim gerando conhecimento para a área da pesquisa, que conseqüentemente gera desenvolvimento para o país, suscitando em maior acervo das de literatura brasileira nas dissertações e teses.

Segundo Gouvea (2012), os cursos de aperfeiçoamentos de nível superior no Brasil acontecem diante de uma política desenvolvimentista, em decorrência do avanço do modelo de industrialização que foi implantado no território nacional, em que foram lançados diversos documentos oficiais, que mencionavam a relação educação e economia, assim havendo a obrigação de desenvolvimento superior particularizada para consentir o aumento e desenvolvimento econômico. Portanto formaram-se comissões estatais - através do Decreto nº 29.741 e legislação que concretizou a empreitada conforme o Decreto nº 50.737 - e privadas, que entraram em acordo tendo perspectivas nas áreas científicas e técnica e responsáveis que estavam representando a indústria e o comércio, assim, havendo a disputa entre os diversos interesses econômicos e políticos, desencadeou na Mobilização Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Foi instituída a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, ou seja, CAPES, sendo instituída pelo Decreto nº 29.741/1951 que tem como basal escopo afiançar a existência de profissional especializado, ofertar capacidade de aperfeiçoamento àqueles que não tinham recursos próprios, segundo o autor, esse movimento de campanha ocorre desde os anos 20 e foi idealizada por cientistas que lutavam pelo espaço nas universidades. Sendo que existia uma grande divergência entre grupos de domínios políticos e os apoiadores das confederações de empresários, chamados de pragmáticos.

Com essa nova fase, após o decreto, ficou claro a inquietação com relação ao aperfeiçoamento da especialização, através do treinamento e ampliação dos centros que pudessem desenvolver essas atividades, sendo que a pós-graduação possui prioridades com o desenvolvimento nacional, mesmo que esbarre na ausência de recursos suficientes para desenvolver políticas de modo que foram idealizadas, resultando em dificuldades para realizar suas missões, pois a conjuntura econômica exigiu medidas eficientes e rápidas, devido ao surgimento de novas demandas.

Assim veio o decreto nº 50.737, concretizando a união da CAPES com a Presidência da República, trazendo como princípio estimular a melhoria das condições de pesquisas e ensino das universidades, tendo em vista a melhoria da concepção de profissionais de ensino superior. Gouvea (2012) relembra outro ponto que foi a extinção da comissão e instalação de um conselho consultivo, tendo como missão verificar os relatórios, prestar contas e aprovar planos anuais.

Gouvea (2012 apud MENDONÇA; BRANDÃO, 1997) destaca a reflexão após o decreto sobre a melhoria nas condições de Ensino e pesquisas dos centros universitários, por meio da qualificação dos professores, portanto havendo a necessidade de implantação da pós-graduação. Outro aspecto de destaque é a inquietação com as Ciências Sociais, (GOUVEA, 2012 apud CASTRO, 1997), quando aborda as relações de tecnologia e desenvolvimento A Capes, segundo o autor, teve como meta promover a instalação e disseminar os centros de aperfeiçoamentos e estudos de pós-graduação no Brasil, sendo desenvolvido na regulamentação dos cursos de pós-graduação, atrelada também ao movimento do Conselho Federal de Educação.

Segundo Alves e De Oliveira (2014), a pós-graduação no Brasil se estruturou com mais intensidade a partir, especificamente, do Parecer nº 977 CES/CFE/1965, chamado de Parecer Newton Sucupira, e da ocorrência da Reforma Universitária de 1968. Como o desenvolvimento econômico e a educação estão presos a um projeto de governo de militares, que se organizaram no formato de educação superior, de universidade e, em seguida, de pós-graduação, para corresponder ao objetivo. O objetivo era estabelecer e ampliar o regime de formações de pós-graduação no campo do ensino superior, em razão de haver a concepção que estava faltando maior exatidão na natureza da formação de pós-graduação que existiam no país. Assim, nesse cenário do Regime Militar, em que os cursos de pós-graduação presenciaram uma ação de normatização; organização da institucionalização; um o aumento do fomento, da ampliação e da definição de sistematização de avaliação, tendo em vista que as mesmas diretrizes e bases conservaram-se atualmente.

Nesse contexto, segundo Ramalho e Madeira (2005), a pós-graduação em educação prosperou de maneira progressiva e lenta, tendo o mais elevado nível do ensino na área. Existindo boa perspectiva em relação à pós-graduação brasileira, como se ela estivesse livre de vícios do sistema educacional, se relacionando com a estrutura social. Nas regiões Norte e Nordeste, no contexto educacional, o grande desafio era a

colocação de pessoal de nível superior com a produtividade e qualificação exigida para o padrão de excelência acadêmica. Assim, as instituições se propuseram a contratar profissionais experientes, vindos até de fora do país, tendo alcançados resultados favoráveis. Outras tentativas de criação de doutorado foram estudadas, almejando associar algumas instituições em uma proposta de programa integrado. Nos anos de 1980, o desejo dos mestrados em educação do Nordeste era movimentar-se para a formação de um consórcio que alcançasse favorecer um consistente doutorado. Em contrapartida, temos que reconhecer que esse período não se teve um plano nacional de pós-graduação e está pontuado por um grande avanço de quantidade e qualidade na pós-graduação no Norte e Nordeste. Está registrado, especialmente, o fruto do investimento social feito na concepção de pessoal, formada, atualmente, com equipes de pesquisadores que têm doutorado e pós-doutorado, com a formação em vários outros centros do país e do exterior, com condições melhores de fixação local por sua vinculação de origem. Logo, apresenta avanço expressivo, mesmo que, devido a forte diversidade, marcada por aqueles desequilíbrios entre as regiões e estados.

Veloso (2013) diz que os cursos de mestrados contribuem originalmente com o aperfeiçoamento dos docentes que atuam ou que atuarão nas IES, atuando também relativamente nas áreas administrativas do setor público e privado. Atualmente, percebe-se uma gama de profissionais liberais que atuam no setor liberal como autônomos, gerenciando seu próprio negócio ou atendendo ao público em geral pelo mercado informal.

Os mestrados que são catedráticos na educação superior estão enraizados principalmente em universidades públicas, todavia com marcadas diferenças sobre o grupo de profissionais e os outros grupos. O grupo de profissionais se diferencia dos outros grupos, principalmente de docentes de IES privadas, porém, nesse aspecto, existem algumas notáveis distinções no coração dos grupos. Na tecnológica, os engenheiros mecânicos lideram a docência no setor privado. Logo, nas áreas profissionais, na grande parte das áreas de atuação do setor particular é pouco diferenciado, exceto no caso em tela que podem ser titulados como uma clínica de aspecto médico, de minuta efetividade. (VELOSO, 2013)

Segundo dados disponibilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas no Nível Superior (CAPES), no primeiro semestre de 2008, o Brasil tinha disponível programas de pós-graduação em educação, afastados entre os que têm

somente cursos de mestrado e os que cursos de mestrados e doutorado (39), além de um apenas com curso de doutorado. Esses programas abrangiam em torno de 88 mestrados e 40 doutorados, dando um total de 128 cursos.

Desse total, 11 programas estão inseridos na região Nordeste, sendo 6 cursos de mestrado e 5 com cursos de mestrado e doutorados, todos eles funcionam em universidades públicas. (SANTOS; AZEVEDO, 2014). Segundo Machado (2013), a carência de docente devidamente qualificado tem se tornado um dos pontos mais importantes que impedem a expansão da educação profissional no país. Hoje em dia, anuncia-se diversas medidas que buscam a expansão do número de ofertas desta modalidade educativa no país, colocando a reorganização das instituições federais de educação de eixo profissional e também tecnológicas em destaque para, assim, acontecer o desenvolvimento nacional e o atendimento de classes sociais e regionais, o que faz ser preciso o provimento dos quadros de formadores padrões de qualificação, necessária à atual complexidade do ambiente que evolui o mundo do trabalho.

Entende-se que a resolução dessa abertura é condicional, sobretudo, a organização, planejamento e coordenação nacional do empenho de superação do esqueleto já segmentado, que ainda pode se caracterizar na educação profissional no Brasil, ponto fundamental à sua institucionalidade, e que isso só será possível através do desenvolvimento de ideias consistentes e política nacional aberta e contínua de formação profissional de professores nessa área.

No mesmo debate existem, hoje, ofertas variadas de formação de docentes para essa área, mas são bem poucas, considerando o potencial de demanda, que nem sempre atende a todos os perfis de candidatos. Essas vagas são construídas por programas específicos, cursos de pós-graduação, formação em serviço e formação a distância. Poucas são as iniciativas de licenciatura, mesmo assim as licenciaturas vêm sendo apontadas como absolutamente primordiais, por se tratarem de um espaço privilegiado da formação docente inicial e também pelo importante papel que podem ter na profissionalização docente, para o desenvolvimento de formas de pedagogias necessárias às especificidades da educação profissional, o intercâmbio de experiências no ambiente da educação profissional, o desenvolvimento do meio de reflexão pedagógica sobre a prática docente nesse meio, o fortalecimento do ciclo entre ensino-pesquisa-extensão, pensar a profissão em relação de trabalho e de poder de instituições escolares, a responsabilidade dos docentes, etc... (MACHADO, 2013).

Carvalho (2013) fala sobre os vinte e um programas de pós-graduação observados e recomendados pela CAPES. A maioria desses estão localizados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, com exceção de dois programas que ficam no Centro-Oeste e outro no Nordeste do país. Para cada programa é oferecido um conjunto de documentos, sendo: a sua missão que é sua ideia geral, suas áreas de investigação, seus professores, um roteiro de sua formação, suas ações de pesquisa, suas docências, tutorias e a grade curricular disciplinas.

A pesquisa publicada em revistas científica é desvalorizada, mesmo com seu impacto científico e sua importância social, analisando as necessidades do país e locais. E, também, os livros às vezes recebem descréditos. Entretanto, desde 2005, tem uma comissão agindo com a tarefa de colocar os parâmetros para ponderação da produção em literaturas, junto aos programas de pós-graduação (CARVALHO; MANOEL, 2007; CARVALHO et al., 2008).

É sobretudo relevante assinalar que a evolução das pesquisas científica em livros, com a construção de artigos, ainda é o quesito que possuem valor na avaliação dos projetos dos cursos. Esse processo proporciona alterações para o ato de avaliar a produção acadêmica, levando em conta que os conceitos variam de 01 a 07, pois é dessa forma que se é atribuída as notas. Esses passos de evolução, separados por notas e unidos nos objetivos, geram reflexão referente aos programas de cursos no Brasil.

Nessa perspectiva, as investigações nas ciências físicas e também nas ciências biológicas são apreciadas de forma distintas, Scochi et al. (2013) descreve que as contendas sobre as espécies de mestrado nos países abrem no final de 80, ganhando força em 90 e consolidando-se em 2000, designadamente no procedimento de avaliação na estrutura da formação. Surge um debate sobre o que se refere os mestrados profissionais. Podem ser avaliados como uma espécie de formação para pós-graduação, que abrange uma enorme variedade de formatos particulares para funcionar. Nessa vertente, ocorre uma capacitação para o exercício transformador, através da incorporação do procedimento. Dessa forma, buscam atender aos litígios de constituição profissional em nível elevado para um comércio não acadêmico, com foco na capacitação para a prática profissional modificador, com objetivo na gestão, no processo de produção ou atenção do conhecimento, apontando à solução de dificuldades ou suposição de inovação, por meio da inclusão do método.

A pós-graduação tem esse protagonismo de bancar com que o acadêmico, após sua formação inicial, continue se aprimorando e se aprofunde mais em seus conhecimentos, fazendo seu conhecimento ser direcionado para uma área na qual o indivíduo deseja se especializar. Isso vai fazer com que ele seja mais capacitado para trabalhar em áreas mais complexas do ambiente de trabalho.

Scochi et al. (2013) relata que com a necessidade de desenvolvimento econômico, que o Brasil passava em 65, o país necessitou de mão de obra qualificada que garantisse tal desenvolvimento e que atendesse as necessidades futuras. Logo, os cursos de pós-graduação foram incentivados e houve um avanço principalmente nas áreas da saúde, na qual 8 cursos foram introduzidos em meados da década de 70, o ritmo foi menor na década seguinte, porém os avanços tecnológicos deram uma grande contribuição e desenvolvimento na solução de problemas, novas descobertas valorizaram os cursos *strictosensu* na área de enfermagem.

Já na área da educação, os cursos de pós-graduação, mestrados e doutorados tiveram uma significativa contribuição literária, pois graças a elas vem sendo confeccionado e abastecido as bibliotecas de livros, que todos os anos têm sido introduzidos dezenas de novos temas, sem contar com inúmeros artigos que incorporam as revistas das áreas estudadas, sempre com um nível de quase excelência. A cada ano a produção bibliográfica é enriquecida e ampliada graças a constante troca de informações e ideias entre os pós-graduandos que realizam intercâmbios. (CUNHA, 2010).

Colossi, Consentino, Queiroz (2001) ressaltam a compreensão do dinamismo focado nas relações, através da teoria Lewin que trata de estabelecer as relações e suas causas analisando-as e descrevendo cada uma delas. A principal ideia é a de decisão da melhor forma de realização de uma mudança, não considerando uma situação isoladamente, mas sim todo o ambiente, a partir do momento da compreensão da mudança comportamental, chega-se ao entendimento da importância de transposição de barreiras, chegando a um conceito.

Através dessa teoria, encontra-se a afirmativa que há necessidade de medidas programadas de mudanças, ao mesmo tempo trabalhando o enfraquecimento de forças opostas, as mudanças devem ser valorizadas, criando assim uma força de impulsão de mudanças inovadoras dentro de qualquer organização. Concomitante, se observa as forças que impulsionam as IES a realizar inovações e mudanças dentro das suas

organizações, sendo encontrado uma força oposta restritiva, seja através da cultura da organização, interesses pessoais ou simplesmente as culturas pessoais e seus interesses. Sendo assim, observa-se novas formas de ensino que foram formuladas ou reformuladas com as novas tecnologias, ganhando uma vantagem sobre outras formas de ensino, porém até mesmo tais técnicas apresentam suas desvantagens, pois sempre existirá situações específicas, no particular. Tendo em vista que a tecnologia é somente uma aliada da forma de ensino, a estrutura educacional não tem conseguido acompanhar as exigências juntamente com as mudanças no mercado atual, tendo como parâmetro as mudanças constantes dos conteúdos e disciplinas nos currículos, juntamente com as transformações em variados campos do conhecimento humano, técnico e científico (COLOSSI; CONSENTINO; QUEIROZ, 2001)

CONCLUSAO

Dessa forma, a conclusão dessa pesquisa trata-se em perceber que cresceu muito o numero de pós-graduação no Brasil. E os cursos possuem ligação direta com o desenvolvimento da nação. O investimento era polarizada na região centro oeste, sul e sudeste em formações na área da saúde, engenharia e tecnologia. Na região norte e nordeste, as formações ficavam por conta da licenciatura, ou seja. Os curso na área da educação.

REFERÊNCIA

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional regulação e emancipação:** para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ALVES, M. F.; DE OLIVEIRA, J. F. Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico - ANPAE**, v. 30, n. 2, 2014.

ANDRÉ, D. T. **As Tecnologias da Inteligência e a Educação Sociocomunitária:** as possibilidades de intersecção. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, 2015.

ARAUJO, A. C. **Gestão, avaliação e qualidade da educação:** contradições e mediações entre políticas públicas e prática escolar no Distrito Federal. 2011. 303 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. A educação básica e o movimento social do campo: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo. Brasília: Editora Zenaide, 1999.

AYESTA, M. B.; RODRÍGUEZ, A. C.. La brecha digital como fuente de nuevas desigualdades en el mercado de trabajo. **Economistas**, v. 21, n. 95, p. 119-128, 2003.

BARBALHO, J. P. **Gestão pela excelência em agências bancárias: Um Estudo de Caso no Banco do Brasil**. 2002. 125 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

BENNER, M. J.; TUSHMAN, M. L. Exploitation, exploration, and process management: The productivity dilemma revisited. **Academy of management review**, v. 28, n. 2, p. 238-256, 2003.

BERTOLIN, J. C. G. Qualidade em educação superior: da diversidade de concepções a inexorável subjetividade conceitual. **Avaliação: revista da avaliação da Educação Superior**, v. 14, n. 1, p. 127-149, 2009.

BONFA, S.; ALVES FILHO, A. G. **Aperfeiçoamento do modelo de gestão organizacional: a abordagem do modelo de excelência de gestão da FNQ**. 2010. 13 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lato-Sensu - Saiba Mais**. 2016a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pos-graduacao/>>. Acesso em: 15 set. 2017

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Pós-Graduação**. 2016b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/revalidacao-de-diplomas/pos-graduacao/>>. Acesso em: 15 set. 2017.

CALDERÓN, A. I. Universidades Mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n.1, p. 61-72, 2000.

CAMPOS, V. F. **TQC controle da qualidade total: no estilo japonês**. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni, 1992.

CARDOSO, Sónia; ROSA, Maria J. ; STENSAKER, Bjørn. Por que a qualidade do ensino superior não é alcançada? A visão dos acadêmicos. **Avaliação e avaliação no ensino superior**, v. 41, n. 6, pág. 950-965, 2016.

CHENG, Yin Cheong; TAM, Wai Ming. Multi-models of quality in education. **Quality assurance in Education**, 1997.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2003.

COLOSSI, N.; CONSENTINO, A.; QUEIROZ, E. G.. Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo. **Revista da FAE**, v. 4, n. 1, p. 49-58, 2001.

CONNER, K. R.; PRAHALAD, C. K. A resource-based theory of the firm: Knowledge versus opportunism. **Organization Science**, v. 7, n. 5, p. 477-501, 1996.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Cursos recomendados e reconhecidos**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/cursos-recomendados-e-reconhecidos>> . Acesso em: 20 set. 2013.

CORDEIRO, J. V. B. M. Reflexões sobre a Gestão da Qualidade Total: fim de mais um modismo ou incorporação do conceito por meio de novas ferramentas de gestão?. **Revista da FAE**, v. 7, n. 1, 2004.

COSTA, M. E. M.. **Análise do processo de gestão de uma instituição de ensino superior com base no modelo de excelência em gestão da Fundação Nacional da Qualidade**. 2009. 125 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

CRESPO, I. M.; RODRIGUES, A. V. F.; MIRANDA, C. L. Educação continuada para bibliotecários: características e perspectivas em um cenário de mudanças. **Biblios**, v. 7, n. 25-26, p. 1-14, 2006.

CRESTANA, C. E. D. **Práticas de Gestão em Micro, Pequenas e Médias Empresas: Uma Avaliação do Modelo da Fundação Nacional da Qualidade**. 2019. 113 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresa) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2019.

CROSBY, P. B. **Qualidade é investimento**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

CUNHA, D. A. Avaliação da educação superior: condições, processos e efeitos da autoavaliação nos cursos de graduação da UFPA. 2010. 354 f. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

DE OLIVEIRA, M. S.; SERPA, M. P.; KAIRALA, A. L. R. Professor e gestão acadêmico-pedagógica no ensino superior: uma associação real e necessária. *In: Proceedings of World Congress on Communication and Arts*. v. 8, 2016, Salvador. Anais [...] Salvador: COPEC, 2016, p. 193-195.

DRUCKER, P. F. Administração: responsabilidades, tarefas e práticas. *In: DRUCKER, P. F. Administração: responsabilidades, tarefas e práticas*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1974.

DRUCKER, P. **Pessoas e desempenhos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FAGUNDES, R. S. S. **Avaliação institucional de ies: reflexões sobre a compatibilidade dos indicadores de avaliação externa do SINAES com os critérios de excelência da FNQ**. 2009. 101 f. Tese (Doutorado em Engenharia da produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

FARIA, C. A. P. de; FILGUEIRAS, C. A. C. As políticas dos sistemas de avaliação da Educação Básica do Chile e do Brasil. *In: Hochman, G.; Arretche, M.; Marques, E. (Orgs.). Políticas públicas no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

FARIA, S. E.; BARUCHI, S. R. S. Os 4 P's, os 4 C's e os 4 A's do marketing aplicados à gestão das Instituições de Ensino Superior como ferramentas para conquistar e manter alunos. VI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2009, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Associação Educacional Dom Bosco, 2009.

FEIGENBAUM, A. V. **Controle da qualidade total**. São Paulo: Markron Books, 1994.

FERREIRA, A. R.. Modelo de excelência em gestão pública no governo brasileiro: importância e aplicação. *In: XIV Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. 2009, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: CLAD, 2009. p. 27-30.

FERREIRA, Aghata Frade. **Indicadores de gestão das instituições federais de educação superior e a qualidade nos cursos**. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

FERRONATO, F. R. **Psicologia da educação e da aprendizagem**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional SA, 2016.

FESTINALLI, R. C. A formação de mestres em administração: por onde caminhamos?. **Organizações & Sociedade**, v. 12, n. 35, p. 135-150, 2005.

FISCHER, T. Mestrado profissional como prática acadêmica. **Revista brasileira de pós-graduação**, v. 2, n. 4, 2005.

FONTES, I. et al. Relação família-escola: percepções de pais e professores relativamente às práticas de envolvimento parental na escola. **Revista Portuguesa de Investigação Educacional**, n. 10, p. 157-174, 2011.

FREIRE, F. S.; CRISÓSTOMO, V. L.; CASTRO, J. E. G. Análise do desempenho acadêmico e indicadores de gestão das IFES. **Revista Produção Online**, v. 7, n. 4, 2007.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE - FNQ. **Critérios de excelência**. São Paulo: FNQ, 2006.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE - FNQ. **Cadernos Compromisso com a Excelência: Introdução ao Modelo de Excelência da Gestão (MEG)**. São Paulo: FNQ, 2008a.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE – FNQ. **Critérios de Excelência 2008: o estado da arte da gestão para a excelência do desempenho e para o aumento da competitividade**. São Paulo: FNQ, 2008b.

Gestão Da Pós-Graduação No Brasil.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE QUALIDADE – **FNQ. Gestão para transformação.** Disponível em: <<http://www.fnq.org.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

GALL, Norman; GUEDES, Patrícia Mota. **A reforma educacional de Nova York: possibilidades para o Brasil.** São Paulo: Fundação Itaú Social, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOUVÊA, F. C. F. A institucionalização da pós-graduação no Brasil: o primeiro decênio da Capes (1951-1961). **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 9, n. 17, 2012.

GRAY, A.; JENKINS, B. From public administration to public management: reassessing a revolution? **PublicAdministration**, n. 73, p. 75-99, 1995.

HERRMANN, J. R.; COPELLO JUNIOR, J. C.. **Sistema de gestão da qualidade ISO 9001:2008: uma estratégia de gestão para as organizações contábeis do RS.** **Revista Eletrônica do Curso de Ciências Contábeis**, v. 3, n. 5, p. 220-247, 2014. Disponível em: <<http://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/130>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

HUSELID, M. A. The impact of human resource management practices on turnover, productivity, and corporate financial performance. **Academy of management journal**, v. 38, n. 3, p. 635-672, 1995.

JURAN, J. M. **Planejando para a qualidade.** São Paulo: Pioneira, 1992.

KENNERLEY, M.; NEELY, A. Measuring performance in a changing business environment. **International Journal of Operations & Production Management**, 2003.

KUENZER, A. Z.; MORAES, M. C. M. Temas e temas na pós-graduação em educação. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 93, 2005.

LONGO, R. M. J. **A revolução da qualidade total: histórico e modelo gerencial.** Brasília: IPEA, 2010.

LONGO, R. M. J. **Gestão da qualidade: evolução histórica, conceitos básicos e conceitos na educação.** Brasília: IPEA, 1996.

LYRIO, M. V. L. **Modelo para avaliação de desempenho das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR'S) do governo do Estado de Santa Catarina: a perspectiva da MCDA-C.** 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MACHADO, M. P. O pacto neodesenvolvimentista e as políticas de expansão da educação superior no Brasil de 2003 a 2013. 2013. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MACHADO, S. B. **Utilização de Indicadores de desempenho na avaliação de gestão realizada pelo TCU.** 2004. 81f. Dissertação (Mestrado em Controle Externo). - Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União, Brasília, 2004.

MANUEL, C. V. **Análise da maturidade organizacional para implantação de gestão da qualidade na imprensa pública angolana – estudo de caso: televisão pública de Angola.** 2014. 101 f. Tese (Doutorado em Administração Pública) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2014.

MARTINS, G. A.. Pós-graduação: o curso de doutorado em ciências contábeis da FEA/USP. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 19, n. 48, 2008.

MELLO, L. G. **Proposta de um sistema de medição de desempenho para uma instituição privada de ensino superior.** 2006. 127 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2006.

MEZOMO, J. C. **Qualidade nas instituições de ensino:** apoiando a qualidade total. São Paulo: Cedas, 1993.

MICHAELIS: dicionário escolar língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2002. xxvi, 868 p

MIGUEL, P. A. C.; SALOMI, G. E. Uma revisão dos modelos para medição da qualidade em serviços. **Revista Produção**, v. 14, n. 1, p. 12-30, 2004.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** DP & A, 2006.

MOTA, M.; SILVA, T. As Mudanças do Ensino Superior no Brasil. **Revista Eletrônica da Faculdade Adventista da Bahia**, 2011.

MPE BRASIL (São Paulo). Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) (Org.). **MPE Brasil: Prêmio de Competitividade para Micro e Pequenas Empresas.** 21. ed. São Paulo: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), 2015. 72 p.

NG, Pak Tee. O que é educação de qualidade? Como isso pode ser alcançado? As perspectivas dos líderes do ensino médio em Cingapura. **Avaliação Educacional, Avaliação e Responsabilidade**, v. 27, n. 4, pág. 307-322, 2015.

NEELY, A. D. **Measuring business performance.** Londres: Profile books, 1998.

OLIVEIRA, G. T.; MARTINS, R. A. **Efeitos da adoção do modelo do Prêmio Nacional da Qualidade na medição de desempenho: estudos de caso em empresas ganhadoras do prêmio.** 2008. 13 f. Tese (Doutorado de Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

OLIVEIRA, P. C. **A construção do processo de avaliação do sistema de educação a distância do SENAC EAD/RS e a busca de suas possíveis interfaces com critérios**

de excelência da Fundação Nacional da Qualidade. 2006. 166 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

OLIVEIRA, S. F. **A gestão de pessoas e a alocação de servidores na secretária de estado da educação e qualidade do ensino das amazonas.** 2016. 92 f. Dissertação (Mestrado de Gestão e Avaliação da Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **La reinvenición del gobierno: la influencia del espíritu empresarial en el sector público.** Barcelona: Grupo Planeta (GBS), 1994.

PARRO, A. L. G. **Avaliação externa, gestão e qualidade da educação escolar: concepções veiculadas e concepções vivenciadas no cotidiano escolar.** 2016. 166 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.

PIERÓN, M. **Formação de professores: aquisição de técnicas de ensino e supervisão pedagógica.** Lisboa: FMH/Universidade Técnica de Lisboa, 1996.

PIRES, M. S. **Gestão estratégica da qualidade.** Florianópolis: GAV, 2000.

POFFO, G. D.; MARINHO, S. V. Qualidade na percepção discente do curso de administração. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 6, n. 2, p. 210-230, 2013.

QUELHAS, O. L. G.; FARIA FILHO, J. R.; FRANÇA, S. L. B. O mestrado profissional no contexto do sistema de pós-graduação brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, 2005.

RAMALHO, B. L.; MADEIRA, V. P. C. A pós-graduação em educação no Norte e Nordeste: desafios, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 30, p. 70-81, 2005.

RAPOSO, N. V. A Qualidade no Ensino Superior: Exigências e Limitações. **Revista portuguesa de pedagogia**, p. 357-372, 2011.

REEVES, C. A.; BEDNAR, D. A. Defining quality: alternatives and implications. **Academy of management Review**, v. 19, n. 3, p. 419-445, 1994.

RIBEIRO, E. L.; COSTA NETO, P. L. O.; OLIVEIRA, J. A. **O papel da gestão da qualidade nas Instituições de Ensino Superior- IES.** 2008. 12 f. Tese (Doutorado em Administração) - Centro Universitário de Franca, Franca, 2008.

RIBEIRO, L. O. M.; TIMM, Maria Isabel; ZARO, Milton Antonio. Gestão de EAD: a importância da visão sistêmica e da estruturação dos CEADS para a escolha de modelos adequados. **RENOTE-Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 5, n. 1, 2007.

SAMPAIO, A. A. **Vivências de docentes e de seus licenciandos no final de formação e passagem para o mundo do trabalho: mal/bem-estar docente/discente, autoimagem e autoestima.** 2014. 199 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SANTANA, R. S. C.; SOUZA-SILVA, J. C. **A contribuição do modelo de excelência em gestão pública no processo de aprendizagem organizacional: o caso da empresa baiana de águas e saneamento S.A.** 2012. 22 f. Tese (Doutorado em Gestão e Sociedade) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SANTOS, C. C.; PEREIRA, F.; LOPES, A. Efeitos da intensificação do trabalho no ensino superior: da fragmentação à articulação entre investigação, ensino, gestão acadêmica e transferência de conhecimento. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 29, n. 1, p. 295-321, 2016.

SANTOS, C. M. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educação & sociedade**, v. 24, n. 83, 2003.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro.** Brasília: ABMES, 2000.

SARAIVA, P. et al. **ISO 9000 para Instituições de Ensino e Formação: Guia Interpretativo para aplicação da Norma NP EN ISO 9001 a Instituições de Ensino e Formação.** Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 2000.

SCOCHI, C. G. S. et al. Pós-graduação Stricto Sensu em Enfermagem no Brasil: avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 66, n. SPE, p. 80-89, 2013.

SCREMIN, G. **As funções docentes e o perfil institucional de professores das universidades privadas brasileiras: em busca de indicadores de qualidade.** 2009. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2009.

SEGATTO, C.; ABRUCIO, F. A gestão por resultados na educação em quatro estados brasileiros. **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 1, p. 85-106, 2017.

SILVA, E. G. et al. A pós-graduação e sua contribuição para a formação profissional dos administradores. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - SEGET, **Anais** [...]. Resende, RJ, Brasil, 2009. Disponível em: <www.aedb.br/seget/artigos09/412_Seget_A_pos_graduacao_na_formacao_do_administrador.pdf>. Acesso em: 09.set.2017.

SILVA, T. O. **Contribuições do modelo de excelência em gestão (MEG) para laboratórios de instituições de ensino superior (IES) e a sua relação com a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025.** 2016. 32 f. Tese (Doutorado em Engenharia de produção) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

SOARES, A. A. S. **Gestão da Qualidade no Ensino Superior:** Desafios para os modelos de regulação e avaliação no Brasil e em Portugal. 2016. 259 f. Tese (Doutorado em Gestão) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2016.

SOBRINHO, J. D. Avaliação da educação superior: elementos para análise e proposta. *In: MALAVAZI, M. M. S. (Org.). Avaliação: desafio dos novos tempos.* São Paulo: Komedi, 2006. p. 15-42.

SOUSA, A. M. C. Gestão acadêmica atual. *In: COLOMBO, S. S.; RODRIGUES, G. M. Desafios da gestão universitária contemporânea.* Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 97-110.

SKORDOULIS, Michalis et al. Competitive Advantage Establishment through Sustainable Environmental Management and Green Entrepreneurship: A Proposed Differential Equations Framework. *In: International Conference on Information and Communication Technologies in Agriculture, Food & Environment.* Springer, Cham, 2017. p. 205-219.

STALLIVIERI, L. El sistema de educación superior de Brasil: características, tendencias y perspectivas. *Universidades*, n. 34, p. 47-61, 2007.

STONER, R. **Teoria geral da administração.** São Paulo: Makron Books, 1999.

VASCONCELLOS, M. A. et al. **Competências da organização inovadora em empresas da fundação nacional da qualidade.** Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/RBGI/index>> DOI 10.18226/23190639.v5n1.04>. Acesso em: 02 jul. 2017.

VELASQUES, A. S. **Avaliação dos critérios de excelência em organizações públicas e privadas.** 2006. 192 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

VIANNA, H. M. Medida da qualidade em educação: apresentação de um modelo. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 25, n. 60, p. 36-42, 2014.

WANG, L.; BECKETT, G. H.; BROWN, L. Controversies of standardized assessment in school accountability reform: A critical synthesis of multidisciplinary research evidence. *Applied Measurement in Education*, v. 19, n. 4, p. 305-328, 2006.

XAVIER, A. C. R. **Rompendo paradigmas:** a implantação da gestão da qualidade total nas escolas municipais de Cuiabá. Brasília: IPEA, 1994.

XAVIER, A. C. R. **Uma agenda para a melhoria da gestão da qualidade na educação brasileira.** Brasília: IPEA, 1995.

Gestão Da Pós-Graduação No Brasil.

XAVIER, M. A. G. A gestão pública do sistema da Universidade Aberta do Brasil: estudo de caso no polo de apoio presencial em Resende. **EaD em Foco**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2016.